

An aerial photograph of a valley. In the foreground, there is a large, clear blue lake. The middle ground shows a town with buildings and a church spire, surrounded by green fields and some forested areas. In the background, there are rolling hills and mountains under a clear sky.

ACTAS
VI SIMPÓSIO SOBRE
MINERAÇÃO E METALURGIA
HISTÓRICAS NO SUDOESTE
EUROPEU REALIZADO NA CASA DE ARTES
E CULTURA DO TEJO (VILA VELHA DE RÓDÃO)
NOS DIAS 18, 19 E 20 DE JUNHO DE 2010

Editor: Carlos Batata

ACTAS
DO
**VI SIMPÓSIO SOBRE MINERAÇÃO
E METALURGIA HISTÓRICAS NO
SUDOESTE EUROPEU**

**REALIZADO NA CASA DE ARTES E CULTURA DO TEJO
(VILA VELHA DE RÓDÃO)
NOS DIAS 18, 19 E 20 DE JUNHO DE 2010**

Coord. de Carlos Batata

Abrantes, Junho de 2011

FICHA TÉCNICA

Título: Actas do VI Simpósio sobre Mineração e Metalurgia Históricas
no Sudoeste Europeu

Capa: Conhal do Arneiro (NISA)

Edição: Carlos Batata

Execução gráfica: Gráfica Almondina, Torres Novas

Tiragem: 500 exemplares

Depósito legal: 330 056/11

ISBN: 978-989-20-2440-0

VI SIMPÓSIO SOBRE MINERAÇÃO E METALURGIA HISTÓRICAS NO SUDOESTE EUROPEU

Comissão Organizadora

Carlos Batata
(Ozecarus, Lda.)

Carlos Carvalho
(Geopark Naturtejo)

Fernando Sá Couto
(SEDPGYM Portugal)

Francisco Henriques
(AEAT)

Mário Barroqueiro
(GEOMIN-APPI)

Raquel Lopes
(C.M. Vila Velha de Ródão)

Carla Calado
(C.M. de Nisa)

Comissão Científica

António Monge Soares
(I.T.N. - MCTES)

Helena Catarino
(Universidade de Coimbra)

José d'Encarnação
(Inst. Arqueologia - Univ. Coimbra)

Josep Mata-Perelló
(SEDPGYM Espanha)

Luís Raposo
(ICOM-Port. e MNA)

M. Lopes Cordeiro
(GEOMIN-APPI e Univ. Minho)

Margarida Genera
(Dep. Cultura, Generalitat de Catalunya, SEDPGYM Espanha)

Mariano Ayarzagüena
(SEDPGYM Espanha, SEHA)

Nelson Rebanda
(Museu do Ferro - Moncorvo)

Octavio Puche
(SEDPGYM Espanha)

GESTÃO AURÍFERA E AFIRMAÇÃO EPIGRÁFICA: O caso de *Tiberius Claudius Rufus* (CIL II 5132) de Idanha-a-Velha

**José d' ENCARNAÇÃO, Pedro SALVADO,
Carlos BATATA, Joaquim BATISTA**

Em finais do século XVIII, o território da Beira foi percorrido pela comitiva do príncipe Christian de Waldeck,¹ no contexto de uma penosa viagem de reconhecimento geográfico e militar desta periferia portuguesa:

«Chegámos à vila de Monsanto, que tem aproximadamente 400 casas ou edificações, que estão construídas nas rochas, o que poupa uma ou mais paredes. (...) Não é possível descrever tamanho espectáculo da natureza sem auxílio do pincel. Um pintor viajante não pode deixar de visitar este lugar para se inspirar e reproduzir as obras da natureza o que só é possível tendo visto com os próprios olhos», escreveu o barão von Wiederhold, ao apreender toda a densidade comunicacional e sensitiva emitidas pela paisagem centrada pelo saliente relevo de Monsanto da Beira. Antes, o tortuoso caminho beirão tinha conduzido o séquito a Idanha-a-Velha, povoação que assim foi descrita: «Está situada num vale, diz-se ser uma cidade romana e há lá um destacamento. Vimos muitas inscrições, colunas, templos, algumas pontes, muitas moedas, tudo romano».

Terá sido neste momento do périplo que um dos elementos da comitiva, Georg Graf von Langsdorff (1774-1852) (Fig. 3), médico da corte do príncipe e erudito de renome,² procedeu à transcrição de algumas inscrições então

¹ GUEDES, Lívio da Costa, «A viagem de Christian, príncipe de Waldeck, pelas províncias da Beira e da Estremadura descrita pelo barão von Wiederhold, 1798» in Boletim do Arquivo Histórico Militar, 62^o vol., Lisboa, 1997, p. 167.

² Georg Heinrich Graf von Langsdorff (Wöllstein, Hessen 1774-Freiburg 1852) formou-se em Medicina em Göttingen, doutorando-se em 1797, neste relevante centro europeu de difusão de saberes científicos. Permaneceu uma larga temporada em Portugal como médico, familiarizando-se com a língua e cultura portuguesas. Ao longo da sua vida, foi um nomeado naturalista e etnógrafo. Depois de uma passagem pela Espanha, foi, em 1813, nomeado cônsul-geral da Rússia no Rio de Janeiro. Paralelamente às funções de cônsul, organizou uma intensa e pioneira actividade científica nos domínios da exploração e registo das paisagens naturais e indígenas de regiões do continente americano então completamente desconhecidas para a Europa. Vide: <http://www.academia.brasil-europa.eu/Materiais-abe-91.htm>

visíveis na localidade, registos que Emílio Hübner, anos mais tarde, utilizará na elaboração do *Corpus Inscriptionum Latinarum*, designadamente da inscrição CIL II 5132, dada até hoje como desaparecida e que o sábio epigrafista alemão transcreveu seguindo Langsdorff como indica, enquadrando-a no grupo das *inscriptiones originis incertae*. Refere a proveniência do monumento como sendo «Idanha velha».

Em meados da década de 50 do século XX, D. Fernando de Almeida, na *Egitania – História e Arqueologia*, assume a lápide como originária de Idanha-a-Velha (Fig. 1), considerando-a um monumento desaparecido. Seguindo a lição apresentada por Hübner, traduz o texto: «A Júpiter Ótimo Máximo. Tibério Cláudio Rufo cumpriu o voto de boa vontade por ter encontrado cento e vinte libras de ouro», salientando os vínculos espaciais entre esta inscrição e um passado económico pautado pela exploração intensiva de recursos geológicos do território, nomeadamente auríferos.

A partir deste original monumento da memória mineira romana da Lusitânia, realidade já referida por Hübner, Fernando de Almeida estabelece uma reconstituição de alguns dos horizontes mineiros da *civitas Igaeditanorum*, reforçando os levantamentos pioneiros levados a cabo por Samuel Schwarz, que, em 1933,³ tinha começado a identificar os sítios onde eram visíveis vestígios das manifestações da intensidade e presença na paisagem de antigas explorações. Nessa primeira metade do século XX, a continuidade de ancestrais técnicas de lavagem aluvionar nos rios da Beira raiana ainda se verificava, como atestou Fernando de Almeida:

«O ouro do território dos Igaeditani era extraído de minas, perto do Rosmaninhal, Salvaterra e Monfortinho, bem como das areias dos rios da

³ SCHWARZ, Samuel, «Arqueologia mineira – Extracto dum Relatório acerca de pesquisas de ouro, no Concelho de Idanha-a-Nova, apresentado em Março de 1933, pela Empresa Mineira – Metalúrgica, Limitada», in Boletim de Minas, 1933, pp. 35-38. Sobre a história e património mineiro do concelho de Idanha-a-Nova vide, entre outros: CARVALHO, P. C., e FERREIRA, Octávio da Veiga, «Algumas lavras auríferas romanas», in Estudos, Notas e Trabalhos do Serviço de Fomento Mineiro, Lisboa, 9, pp. 20-46; SEQUEIRA, António J. D., e SEREJO; J. M. Proença, «O Património Geológico e Geomorfológico do concelho de Idanha-a-Nova contributo para a sua classificação como Geoparque», in Geonovas, Associação Portuguesa de Geólogos, n.º 18, 2004, pp. 77-92. A associação das terras das Idanhas ao ouro perdurou até à actualidade através de uma imagem metalo-cultural que conjuga imaginário com realidade. Aponte-se, como exemplo, a tentativa ocorrida na década de 90 do século passado em reactivar a exploração aurífera na freguesia do Rosmaninhal. O jornal regional Gazeta do Interior avisava, a 16 de Abril de 1993: «Querem levar o ouro da Raia!»

região. De resto, esta última prática ainda recentemente era seguida por ali; tivemos ocasião de observar areais e cascalho tratados com esse fim nas margens do Elges, próximo de Penha Garcia».

Em 1970, o mestre da arqueologia igeditana, propõe a serra de Monsanto (Fig. 2) como sendo a origem da inscrição em referência, apontando:

«Na serra de Monsanto, situada no limite da área do Rosmaninhão-Monfortinho-Penamacor foi encontrada uma inscrição dedicada a Júpiter. Refere que um tal Tibério Cláudio Rufo tinha feito um voto a Júpiter e tinha-o cumprido de boa vontade, por ter encontrado mais de cento e vinte libras de ouro! (a libra romana pesava 327.5 gramas)».⁴

Esta desatenção levou a uma confusão locativa da real origem da epígrafe patenteada por alguns autores.⁵

Concluindo um amplo projecto gizado há anos, em 2005,⁶ durante os trabalhos de releitura da extraordinária colecção epigráfica de Idanha-a-Velha coordenados por Ana Marques de Sá, tivemos ocasião de relocalizar a inscrição, cujo paradeiro se desconhecia e era dada como extraviada.

Partindo de uma informação do Sr. António Maria Sequeira,⁷ proprietário do imóvel nº 5, situado na Rua de Guimarães (Fig. 6), constatámos, com surpresa

⁴ ALMEIDA; D. Fernando de, «Mineração romana em Portugal», in *La Minería Hispana e Ibero Americana, León, 1970, vol. I, p. 202.*

⁵ Como, por exemplo, EDMONDSON, J. C., *Two industries in Roman Lusitania. Mining and garum production, Oxford, British Archaeological Reports, 1987, p. 65, que Jorge de Alarcão segue, quando escreve, no volume I da Nova História de Portugal, 1990, p. 427: «Na área de Monsanto (Idanha-a-Nova), um Tibério Cláudio Rufo consagrou um altar a Júpiter em agradecimento por 120 libras de ouro que achara; correspondente a 540 000 sestércios, aquela quantidade de metal, recolhida possivelmente nalguma exploração aluvionar, equivalia sensivelmente à soma que uma cidade gastaria na conservação de um templo e de um teatro». Anteriormente, o Professor Jorge Alarcão já tinha estabelecido a ligação entre a informação transmitida pela epígrafe e a área de exploração mineira romana da Beira, nomeadamente a zona de Penamacor: vide Portugal Romano, 1974, p. 124 e O Domínio Romano em Portugal, 1988, p. 129.*

⁶ Este programa de investigação consolidou-se, entre outros trabalhos, na tese de mestrado apresentada à Universidade de Coimbra por Ana Marques de Sá: *Civitas Igaeditanorum: Os Deuses e os Homens, Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, 2006. Sobre a génese e evolução do projecto de investigação: ENCARNAÇÃO, José d', «Libertos no termo da Egitânia romana», Materiais, II Série, nº 0, 1996, pp. 13-14.*

⁷ *Agradecemos todas as facilidades que, ao longo dos anos, nos tem facultado, possibilitando o estudo e a divulgação do património cultural sob a sua guarda.*

e emoção, a permanência da inscrição na localidade: em dado momento, tinha sido reutilizada como painel lateral de um armário de parede!...

A Rua de Guimarães (Fig. 4) foi um dos principais eixos dos quotidianos vivenciais da pequena povoação que, em 1510, apesar de centralizar uma ruralidade cada vez mais periférica, ainda era considerada cidade. A atribuição do foral manuelino à povoação traduziu uma esperança de recuperação de primitivas funções regionais, reformulando-se nessa época o seu modelado arquitectónico e urbano. O edificado civil, religioso e administrativo foi recomposto, atribuindo-se novos usos, funções e memórias aos espaços e provocando outras leituras à circunscrita malha urbana que irradiava a partir da praça, onde se evidenciava o pelourinho erguido nos inícios de Quinhentos. Em 1758, o pároco Joaquim Martinho, nas respostas ao inquérito pombalino, lembrava, a propósito do mítico rei visigodo Wamba, que permaneciam em Idanha-a-Velha, no «*Bayrro de Gimaraõs as casas da sua vivenda com parede de cantaria gottica e os sobrados sustidos em colunas de pedra*», realçando que: «*Confirma a tradiçã huma pedra que se achou dentro com inscripçam de seu suçessor Ervigio*». Na estruturação da peculiar etnogénese setecentista local, traduzida por uma historiografia de feição erudita, recorreu-se a um conjunto de santos e à manipulação consciente de fontes, entre outras, de natureza epigráfica, relembrando-se que: «*chama-se ahinda hoje Gimaranis ao bairro, em que nasceu Sam Damaso que he da Praça da Cidade athé o rio de a poente a nascente*». Por algumas particularidades arquitectónicas, nomeadamente a modelação e o uso de chanfros em todos os vãos, o edificado onde a lápide romana foi usada pode ser datado do século XVI, estrutura que foi ampliada em meados do século XVIII. A actual escadaria que conduz ao piso da sala, a que se acede por portado chanfrado (Fig. 5), onde se encontra o armário pétreo que contém a inscrição, era o balcão da unidade doméstica quinhentista. Um imóvel que revela ter sido um edifício em cuja construção se utilizaram peças de cantaria de qualidade, aplicando-se um desenho arquitectónico equilibrado e de algum impacto volumétrico na totalidade da rua.

A inscrição foi desbastada nas suas margens e utilizada para um elemento do mobiliário de apoio aos usos do quotidiano doméstico da casa, mantendo-se, contudo, a face epigrafada visível (Fig. 7), quiçá para evocar alguma ligação simbólica entre o edifício e o extraordinário passado histórico da velha Idanha. Daí não ser despicienda a hipótese de este edificado ter pertencido à comenda e, mais tarde, o edifício ter albergado o comando do destacamento militar que se encontrava na terra, na Primavera de 1798, segundo o relato do barão von Wiederhold, ocasião em que Langsdorff observou e copiou esta peculiar fonte histórica.

Trata-se, com efeito, de uma inscrição votiva, de granito, gravada possivelmente num cipo-pedestal de estátua.

Dimensões: 89 x 45 cm.

[T]I(*berius*) (*hedera*) CLAVDI/VS (*hedera*) RVFVS / [I]IOVI (*hedera*) O(*ptimo*) (*hedera*) M(*aximo*) / OB (*hedera*) REPE[RTA] / ⁵ [A]VRI (*hedera*) P(*ondo*) · CXX[...?] / V(*otum*) (*hedera*) L(*ibens*) (*hedera*) S(*olvit*) [?]

Tibério Cláudio Rufo a Júpiter Ótimo Máximo. Cumpriu o voto de boa vontade, por ter encontrado cento e vinte (?) libras de ouro.

Altura das letras: l. 1: 7; l. 2: 5; l. 3: 6; l. 4 e 5: 5; l. 6: 4,5. Espaços: 2 e 3: 2; 4: ? (Não é possível medir por causa da prateleira); 5: 2; 6: 3; 7: ?

A inscrição encontra-se totalmente coberta por uma espessa camada de cal. A superfície do campo epigráfico foi afectada, em data indeterminada, com a abertura de um rasgo que permitiu a colocação de uma prateleira no armário, reutilização que afectou a parte inferior direita do monumento, atingindo a superfície final do texto nas linhas 4, 5 e 6. Esta área foi cimentada, realidade que cobriu algumas letras registadas nas transcrições de Langsdorff, como são o caso do segundo X do numeral e do S da fórmula votiva final. Apesar das vicissitudes que sofreu (o vértice esquerdo da peça terá sido desbastado, o que implicou a perda do T da primeira linha, do I da segunda linha e do A da quinta), o monumento revela um trabalho epigráfico cuidado, de letras capitais quadradas, como por exemplo, o O perfeitamente circular, o D, o R com a cauda alongada numa composição que segue um eixo de simetria. Atentemos, por exemplo, nos detalhes das serifas das letras ou no pormenor da *hedera* a seguir a IOVI.

A altura das letras vai diminuindo no desenvolvimento do texto, realçando-se os *tria nomina* do dedicante, principalmente o seu *nomen*, na linha 1, que apresenta um *ductus* de altura distinta do utilizado para gravar a denominação da divindade. Com *praenomen* e *nomen* imperiais, *Rufus* é um dos apelidos latinos mais comuns na Península. Fazia parte da *gens Claudia*, de que se conhecem mais testemunhos no quadro social da comunidade.⁸ A afirmação desta onomástica latina pode indicar uma personagem que assumiu

⁸ FERREIRA, Ana Paula Ramos, Epigrafia Funerária Romana da Beira Interior. Inovação ou Continuidade? Lisboa, 2004, p. 24.

a cidadania ou o estatuto de peregrino ao tempo do imperador Cláudio. A sua origem ligada a um ambiente de libertos é outra possibilidade.⁹

O monumento reforçava a afirmação do dedicante junto da comunidade, talvez por fazer parte do seu estrato de notáveis. Pelas suas dimensões, ocuparia um local de destaque e uma presença visual bem individualizada no complexo religioso da cidade, dominado pelo templo principal do fórum dedicado a Júpiter. São, de facto, numerosos os testemunhos do culto a Júpiter Ótimo Máximo na área de influência e territórios vizinhos da *civitas Igaeditanorum*,¹⁰ tudo indicando que o templo central do fórum igeditano,¹¹ dominando um espaço arquitectónico onde também ecoavam devoções a Vénus e a Marte,¹² seria dedicado a esta divindade.

A inscrição reproduz e confirma a circulação de palavras familiares a *auri* nos cenários da pequena cidade, palavras que ajudavam a afirmar os peculiares perfis e mobilidades sociais que aí conviviam. Tal foi o caso da homenagem epigrafada num cipo que deve ter sido colocado em espaço público feita a *Iulia Varilia* pelo seu marido, *Lucius Iulius Modestus*. Numa atitude próxima de uma munificência pública, mandou fazer uma estátua

⁹ ROMERO, PÉREZ, Antonio, «El culto a Júpiter Ótimo Máximo en el Conventus Emeritensis», in *Studia Historica – Historia Antigua*, vol. XII, 1994, p. 39; VÁZQUEZ HOYS, Ana María, «La religión romana en Hispania: I. Análisis estadístico», in *Hispania Antigua*, 7, 1977, p. 23.

¹⁰ *Sobre as inscrições a Júpiter oriundas de Idanha-a-Velha, consulte-se: REPAS, Fernanda Cristina, Religião na Beira Interior ao Tempo dos Romanos (Subsídios para o seu Estudo), FLUC, Coimbra, 2001 (Dissertação de Mestrado em Arqueologia, policopiada), p. 119-131 e Quadro-Síntese II. Oriundas da capital conhecem-se ainda poucas invocações a Júpiter, o que não quer evidentemente dizer que não tivessem sido realizadas: vide LOBÃO, João Carlos, e CRISTÓVÃO, José, «Ara a Júpiter de Idanha-a-Velha (Conventus Emeritensis)» in Ficheiro Epigráfico, 81, 2006, n.º 361.*

¹¹ CARVALHO, Pedro C., «O forum dos Igaeditani e os primeiros tempos da civitas Igaeditanorum (Idanha-a-Velha, Portugal)» in *Archivo Español de Arqueología*, vol. 82, 2009, pp. 115-131.

¹² ENCARNAÇÃO, José d', «A religião romana não-oficial nas colónias e municípios da Lusitânia durante o Alto Império» in *Memorias de Historia Antigua*, 5, 1981, pp. 19-31; MANTAS, Vasco, «C. Cantius Modestinus e os seus templos», in *Religiões da Lusitânia: Loquuntur Saxa*, Lisboa, 2002, p. 233; e CRISTÓVÃO, José, «Breve estudo sobre a organização do espaço público e os equipamentos urbanos da cidade romana de Idanha-a-Velha (dos finais do século I a. C. ao limiar do século IV)», in *Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia – Actas das II Jornadas de Património da Beira Interior, Guarda, 2005, p. 196.*

com base; a mãe de *Iulia* embelezou e reforçou a mensagem da escultura, dourando-a (*auravit*).¹³

A epígrafe permite descortinar as ligações estabelecidas entre religião, poder e gestão económica. Atente-se ao cuidado, e necessidade, em epigrafar a indicação do valor da quantidade de metal recolhido. *Rufus* poderá ter sido um dos concessionários a quem o poder central entregara a sua exploração. Muitas destas minas foram inicialmente exploradas por *coloni* ou por *societates metallorum*. O Estado romano, a pouco e pouco, durante a época imperial, passou a gerir directamente as minas, eliminando progressivamente e rapidamente a gestão privada delas.

Para além da parte que deveria reservar para o erário público (aplicar-se-ia, decerto, aqui, algo de semelhante ao que ocorria em *Vipasca*), achou por bem fazer esta dedicatória, que funcionou, decerto, também como agradecimento a Júpiter, o deus maior, pela sorte com que fora favorecido.

As tábuas de *Vipasca* (*Vipasca* II, 5)¹⁴ constituem, na verdade, um documento único, que nos informa acerca dos impostos que os arrendatários tinham que pagar ao *fiscus*, para explorar um poço de minério de prata. Embora nada haja que se refira ao ouro aluvionar, o *vectigalis* pago no *metallum Vipascense* era de 50% quando se atingia o filão. Embora não referido, podemos supor que Tibério Cláudio Rufo terá pago ao imperador, através dos seus fiscais, a quantia de 120 libras. O que terá recolhido nos terraços fluviais terão sido, na realidade, 240 libras de ouro, ou seja, o equivalente a 78,5 kg de ouro, necessitando de remover e lavar cerca de 800 000 m³ de areia e cascalho para o obter. Com uma equipa de 100 pessoas poderia recolher este ouro em 20 anos de trabalho. Bastaria para isso uma conheira de tamanho médio, como a Conheira de Baixo (Ribeira de Codes, Vila de Rei).¹⁵

¹³ SÁ, Ana Marques de, «Mulheres da civitas Igaeditanorum» in Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia – Actas das II Jornadas de Património da Beira Interior, *Guarda*, 2005, pp. 210-211; ANDRÉU PINTADO, Javier, «Edictum Municipium y Lex: La Provincia Lusitania en época flávia» in *Conimbriga*, 44, 2005, p. 116-117.

¹⁴ DOMERGUE, Claude, La mine antique d'Aljustrel (Portugal) et les tables de bronze de Vipasca. *Publications du Centre Pierre Paris*, 9, *Collection de la Maison des Pays Ibériques*, 12. *Diffusion De Boccard*, Paris, 1983, p. 115.

¹⁵ BATATA, Carlos, Idade do Ferro e Romanização entre os rios Zêzere, Tejo e Ocreza, *Trabalhos de Arqueologia*, n.º 46, *Instituto Português de Arqueologia*, Lisboa, 2006, p. 165-166.

Articulados com a paisagem mineira que fervilhava na região ao tempo dos romanos,¹⁶ registem-se outras realidades como, por exemplo, a presença neste território de clunienses¹⁷ ou de elementos do exército,¹⁸ aqui radicados e atraídos, decerto, por todas as possibilidades e melhorias económicas e sociais provocadas pela gestão e transformação do potencial metalogénico desta área peninsular. Como salienta Sanchez-Palencia, devemos ter em consideração que a exploração mineira se integrava «*dentro de una organización territorial a escala regional y dentro de una ordenación y aprovechamento global de todos los recursos*».

Referenciemos, igualmente, a localização de uma barragem no Rio de Moinhos, pequeno afluente do rio Ponsul, obra de vulto que alguns associam ao fornecimento de água à cidade.¹⁹ Não será de excluir a hipótese, julgamos, da ligação deste equipamento à exploração aluvionar. Confirmaram-se já evidentes vestígios deste processo de exploração em vários troços do percurso do rio Ponsul, um eixo hídrico que se encontrava associado à fisionomia da localidade. Era uma linha de água que se contemplava do fórum, fazendo parte da sua cenografia. Que significado é que a “domesticação” visual deste braço do mitificado *aurifer Tagus*²⁰ poderá ter desempenhado nos devires simbólicos da *civitas* dos *Igaeditani*?

As memórias e as presenças das peculiaridades auríferas da velha Idanha perduraram séculos fora. Em Maio de 1758, o padre Joaquim Martinho escrevia que, nas margens do rio que abraça a povoação, «*se tem achado ouro, e em certos tempos vem homeis da Serra da Estrela e o acham; em huma fonte qu'está perto desta Cidade e parte do Sul que mostra ser obra dos Romanos*

¹⁶ SÁNCHEZ-PALENCIA, F. Javier, e PÉREZ GARCÍA, Luis Carlos, «*Minería romana de oro en las cuencas de los rios Erges/Eljas y Bazágueda (Lusitania): La zona minera de Penamacor-Meimoa*» in *Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia – Actas das II Jornadas de Património da Beira Interior*, Guarda, 2005, pp. 267-307.

¹⁷ GARCÍA MERINO, Carmen, *Poblacion y Poblamiento en Hispania Romana*. El Conventus Cluniensis, Valladolid, 1975.

¹⁸ FRANCISCO MARTÍN, Julián de, *Conquista y Romanización de Lusitania*, Ediciones Universidad de Salamanca, 1996, p. 306.

¹⁹ QUINTELA, António de Carvalho, CARDOSO, João Luís, MASCARENHAS, José Manuel, *Aproveitamentos Hidráulicos Romanos a Sul do Tejo*, Lisboa, 1986, p. 120.

²⁰ FERNANDEZ NIETO, F. S., «*Aurifer Tagus*», *Zephyrus*, XXI-XXII, 1970-1971, pp. 245-259. O autor, na página 257, apresenta um mapa da área de exploração do rio Erges.

por seus subterrâneos aqueductos se tem achado muyto, e della levaram bastante huns pedreiros que a redeficaram ha menos de quarenta anos». ²¹ Com efeito, alguns anos antes, em 1726, Francisco da Fonseca Henriques, médico de D. João V, dava constância no seu *Aquilegio Medicinal*, ²² da existência, na então vila de Idanha-a-Velha, de uma fonte chamada do Arco (Fig. 8) «cuja agoa he muyto leve, e passa por mineraes de ouro, que reformando-se a fonte, foy achado no lugar della, ainda que em pouca quantidade». Comentava ainda o clínico que a água da fonte era utilizada «para os asmáticos, cacheticos, e hydropicos, e para os que padecerem queixas nepherticas», acrescentando que «se o ouro larga alguma virtude, ou se a tem a terra das suas minas, poderá communicarse à agoa alguma volatilidade que aproveyte nos ditos males.»

Em conclusão:

Enquanto se aguarda a possibilidade de este singular monumento epigráfico poder vir a ser retirado do local onde se reutilizou, de forma a que melhor se possa identificar a sua tipologia, é-nos grato dar de novo conhecimento do seu achado, a confirmar – como tivemos ensejo de referir – notícias antigas, que ora assumem relevância particular.

Na verdade, para além de assim se deduzir, com ainda mais certeza, a importância assumida pela população da *civitas Igaeditanorum* desde os primórdios da vinda dos Romanos, pois que estamos perante um *Tiberius Claudius*, relacionável, pois, com a época de Cláudio, cujo papel em relação à Lusitânia tem vindo a ser cada vez mais realçado, não é de somenos documentar-se um, também invulgar, gesto de reconhecimento à divindade maior dos Romanos, por ter sido abundante – e, naturalmente, fora do comum – a recolha do precioso metal.

Ao perpetuar desta forma o êxito da sua actividade como eventual concessionário de uma lavra, *Rufus* terá pretendido, igualmente, marcar presença no seio de uma comunidade – que, doravante, o haveria de encarar com outros olhos, não deixando de o aliciar a ocupar alguns cargos e, inclusive, a usar da sua riqueza em actos benemerentes, em prol dos seus concidadãos. Um risco que, sem dúvida, não teve receio em correr, pois daí lhe adviriam, sem dúvida, outros dividendos.

²¹ *Memórias Paroquiais*.

²² *Francisco da Fonseca Henriques, Aquilegio Medicinal, Lisboa Occidental, na Officina da Musica, 1726, p. 106.*

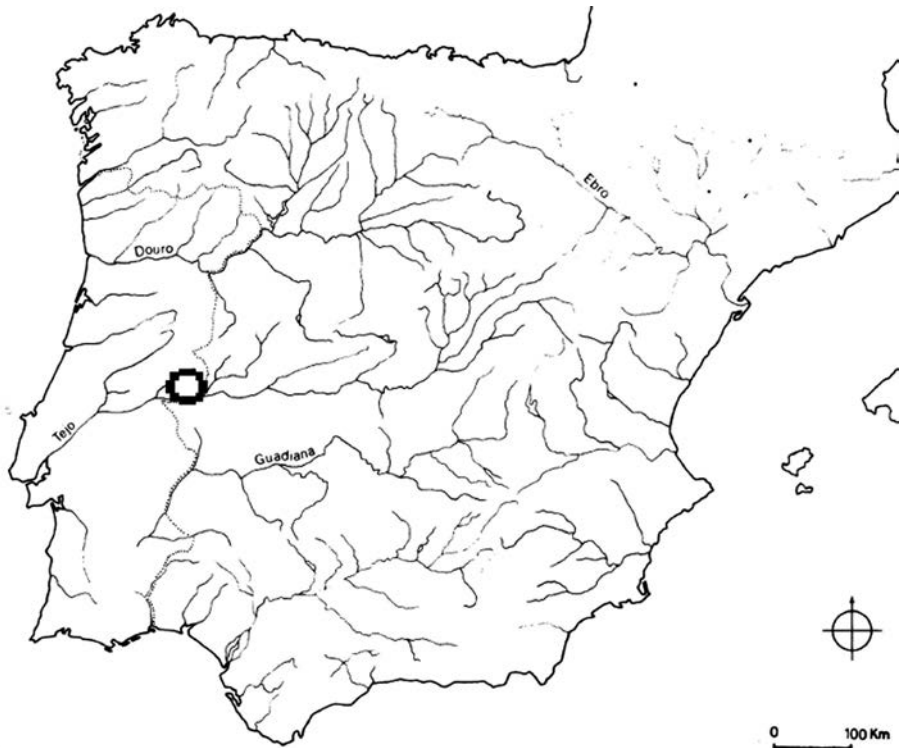


Fig. 1 – Localização da civitas Igaeditanorum na Península Ibérica



Fig. 2 – Idanha-a-Velha, uma povoação abraçada pelo rio Ponsul. Em último plano, o promontório de Monsanto da Beira

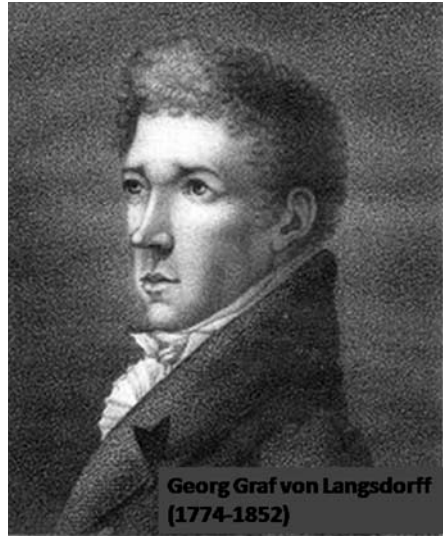


Fig. 3 – Georg Heinrich Graf von Langsdorff (1774-1852)



Fig. 4 – Idanha-a-Velha numa fotografia captada por Francisco Tavares Proença Júnior em 1905 e cujo modelado não seria muito diferente do percebido por Langsdorff. É visível a Rua de Guimarães, que se desenvolve até ao fim do povoado



Fig. 5 – Pormenor da fachada da casa de vão principal chanfrado

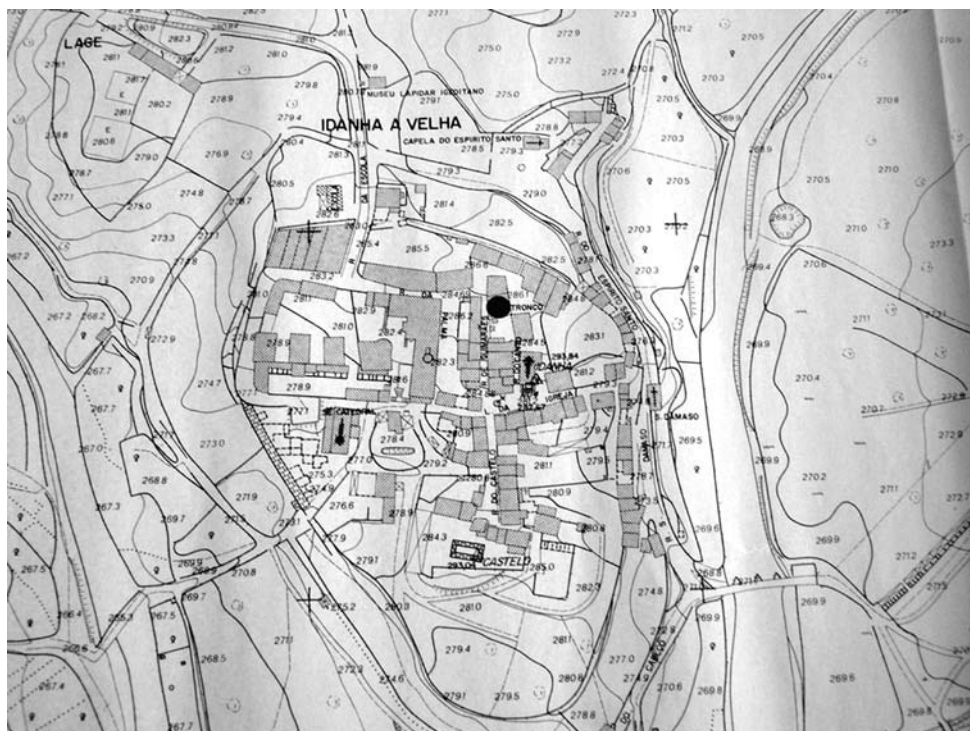


Fig. 6 – Localização do edificado na malha urbana



Fig. 7 – Inscrição na face interior do armário de parede



Fig. 8 – Fonte do Arco, nas proximidades de Idanha-a-Velha



ISBN 978-989-20-2440-0
9 789892 024400

